

C.4 MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPV)

Deste quadro constam informações completas das tramitações das Medidas Provisórias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Para obter informações sobre as tramitações exclusivamente no Senado Federal veja quadro constante deste Relatório no que se refere ao Senado Federal.

Total das Medidas Provisórias	106
De anos anteriores – editadas em data anterior à publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001.	052
De 2007 (MPV nº 394 – eficácia suspensa - ADI nº 3964, de 2007)	001
De 2011 (da MPV 544 à MPV 557)	014
De 2012 (da MPV nº 558 à MPV 596)	039
Apreciadas	036
Total: Aprovadas e promulgadas	008
Total: Aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão - PLV)	023
Total: Aprovadas e aguardando sanção (nos termos de Projeto de Lei de Conversão - PLV)	005
Não Apreciadas	004
Total: Perderam eficácia e arquivadas	002
Total: Perderam eficácia (aguardando prazo de 60 dias – art. 11 da Resolução nº 1/2002)	001
Total: Revogadas e arquivadas	001
Pendentes de apreciação ao final do período	066
Eficácia Suspensa	001
Tramitando (Casas separadas) – editadas após a publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001.	014
Tramitando – Editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001.	051

C.4.1 – Medidas Provisórias (MPV) recebidas de anos anteriores (editadas em data anterior à publicação da Emenda Constitucional nº 32/2001).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.156-5, public. em 27/08/2001	554/2001-CN (nº 901/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.253, de 31/05/2002, public. no DOU de 03/06/2002, regulamenta a MP 2.156-5/2001. Lei nº 12.712, publicada no DOU de 31/08/2012 altera a MP 2.156-5/2001.
2.157-5, public. em 27/08/2001	555/2001-CN (nº 902/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.254, de 31/05/2002, public. no DOU de 03/06/2002, regulamenta a MP 2.157-5/2001. Lei nº 12.712, publicada no DOU de 31/08/2012 altera a MP 2.157-5/2001.
2.158-35, public. em 27/08/2001	556/2001-CN (nº 903/2001, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 73 da MP 2.158-35, pela Lei nº 11.196, public. no DOU de 22/11/2005. Alterado o art. 18 da MP 2.158-35, pela MP 447, public. no DOU de 17/11/2008. Alterado o art. 56 da MP 2.158-35, pela Lei nº 11.827, public. no DOU de 21/11/2008 (oriunda da MP 436/2008). Alterado os incisos II e III do art. 42 da MP 2.158-35, pela MP 425, public. no DOU de 30/04/2008-Ed.Extra. Alterado o art. 56 da MP 2.158-35, pelo art. 4º da Lei nº 12.407, public. no DOU de 20/05/2011 (oriunda da MP 512/2010).
2.159-70, public. em 27/08/2001	557/2001-CN (nº 904/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.161-35, public. em 24/08/2001	523/2001-CN (nº 879/2001, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 1º da MP 2.161-35, na parte referente ao § 6º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, pela MP 246, public. no DOU de 07/04/2005, que foi rejeitada em 21/06/2005.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.162-72, public. em 24/08/2001	524/2001-CN (nº 863/2001, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.163-41, public. em 24/08/2001	525/2001-CN (nº 864/2001, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.164-41, public. em 27/08/2001	558/2001-CN (nº 905/2001, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.165-36, public. em 24/08/2001	526/2001-CN (nº 881/2001, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.166-67, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	541/2001-CN (nº 883/2001, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	Revogada Art. 2º EC 32/2001	Revogada a MP 2.166-67, pela Lei nº 12.651 de 25/05/2012 (DOU 28/05/2012)
2.167-53, public. em 24/08/2001	527/2001-CN (nº 865/2001, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.168-40, public. em 27/08/2001	559/2001-CN (nº 892/2001, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.169-43, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	542/2001-CN (nº 889/2001, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.170-36, public. em 24/08/2001	528/2001-CN (nº 867/2001, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 6.467, de 30/05/2008, public. no DOU de 30/05/2008-Ed. Extra.
2.172-32, public. em 24/08/2001	529/2001-CN (nº 868/2001, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.173-24, public. em 24/08/2001	530/2001-CN (nº 869/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Parecer nº 2/2001-CN-Admissibilidade (DSF 06/04/2001) e Parecer nº 3/2001-CN-Mérito - PLV nº 8/2001 (DSF 06/04/2001), Relator: Sen. Gilberto Mestrinho.
2.174-28, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	544/2001-CN (nº 884/2001, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.177-44, public. em 27/08/2001 (Ret. no DOU de 24/09/2001)	561/2001-CN (nº 907/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.178-36, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	545/2001-CN (nº 885/2001, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.179-36, public. em 27/08/2001	562/2001-CN (nº 908/2001, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da MP 2.179-36, pela MP 435/2008. Revogados os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da MP 2.179-36, pela Lei nº 11.803, public. em 06/11/2008.
2.180-35, public. em 27/08/2001	563/2001-CN (nº 911/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.181-45, public. em 27/08/2001	564/2001-CN (nº 909/2001, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.183-56, public. em 27/08/2001	565/2001-CN (nº 893/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Resolução nº 4/2007, public. no DOU de 18/04/2007, que "Suspense a execução do art. 1º da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000." OBS.: A MP 2.027-39, foi reeditada várias vezes até chegar ao nº 2.183-56. Decreto nº 6.672, de 02/12/2008, public. no DOU de 03/12/2008, "Regulamenta o art. 6º da MP 2.183-56, que trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências".
2.184-23, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	546/2001-CN (nº 886/2001, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, Policial Rodoviário Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, 5.906, de 23 de julho de 1973 e 7.102 de 20 de junho de 1983, o Decreto-Lei nº 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.185-35, public. em 27/08/2001	566/2001-CN (nº 894/2001, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Parecer Oral Mérito, PLV nº 4/2001 Relator: Dep. Armando Monteiro. Alterado o art. 8º da MP 2.185-35, pela MP 237, public. no DOU de 28/01/2005, convertida na Lei nº 11.131, de 1º/07/2005, public. no DOU de 04/07/2005. Alterado o art. 8º da MP 2.185-35, pela MP 496, public. no DOU de 20/07/2010(Rep. no DOU de 23/07/2010). Alterado o art. 8º da MP 2.185-35, pela Lei nº 12.348, public. no DOU de 16/12/2010. Alterado o inciso II do § 1º do art. 8º da MP 2.185-35, pela Lei nº 12.462, public. no DOU de 05/08/2011 (Ed. Extra).
2.186-16, public. em 24/08/2001	533/2001-CN (nº 871/2001, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.459, de 07/06/2005, public. no DOU de 08/06/2005 e retificado no DOU de 21/06/2005, que "Regulamenta o art. 30 da MP 2.186- 16, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências. Decreto nº 6.915, de 29/07/2009, public. no DOU de 30/07/2009, "Regulamenta o art. 33 da MP 2.186- 16".
2.187-13, public. em 27/08/2001	567/2001-CN (nº 895/2001, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 8º da MP 2.187-13, pela MP 167, public. no DOU de 20/02/2004, convertida na Lei nº 10.887, de 18/06/2004, public. no DOU de 21/06/2004. Revogado o art. 4º da MP 2.187-13, pela MP 316/2006.
2.189-49, public. em 24/08/2001	534/2001-CN (nº 872/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.190-34, public. em 24/08/2001	535/2001-CN (nº 866/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nº s 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.192-70, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	547/2001-CN (nº 887/2001, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 26 da MP 2.192-70, pela MP 97, public. no DOU de 30/12/2002, convertida na Lei nº 10.661, de 22/04/2003, public. no DOU de 23/04/2003.
2.196-3, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	548/2001-CN (nº 888/2001, na origem)	Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.197-43, public. em 27/08/2001	569/2001-CN (nº 896/2001, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 2º da MPV 2.197-43, pela Lei nº 12.058, de 13/10/2009, public. no DOU de 14/10/2009. Revogado o art. 2º da MP 2.197-43, pela MP 514, public. no DOU de 02/12/2010.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.198-5, public. em 27/08/2001	570/2001-CN (nº 910/2001, na origem)	Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.199-14, public. em 27/08/2001	571/2001-CN (nº 897/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	O art. 23 da Lei nº 11.524, de 24/09/2007, public. no DOU de 25/09/2007 que altera a MP 2.199-14/2001 foi vetado. O art. 11 da MP 540/2011 modifica o art. 1º da MP 2.199-14, que passa a vigorar acrescido dos §§ 1º-A e 3º-A.
2.200-2, public. em 27/08/2001	572/2001-CN (nº 913/2001, na origem)	Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.206-1, public. em 10/09/2001	606/2001-CN (nº 962/2001, na origem)	Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação" e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.208, public. em 20/08/2001	521/2001-CN (nº 860/2001, na origem)	Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.209, public. em 30/08/2001	583/2001-CN (nº 929/2001, na origem)	Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.210, public. em 30/08/2001	584/2001-CN (nº 930/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.211, public. em 30/08/2001	585/2001-CN (nº 931/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.213-1, public. em 31/08/2001	589/2001-CN (nº 933/2001, na origem)	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída nos municípios localizados na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.214, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra	592/2001-CN (nº 936/2001, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.215-10, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra	593/2001-CN (nº 937/2001, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.184, de 05/04/2002, public. no DOU de 08/04/2002, que "Dispõe sobre os efeitos financeiros da aplicação da Tabela II do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001." Decreto nº 4.307, de 18/07/2002, public. no DOU de 19/07/2002, regulamenta a MP 2.215-10/2001. O valor do abono da MP 263/2005, consta do Anexo I da MP 2.215-10.
2.216-37, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra (Ret. no DOU de 24/09/2001)	594/2001-CN (nº 938/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 2º da MP 2.216-37, pela Lei nº 11.516, public. no DOU de 28/08/2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.217-3, public. em 05/09/2001	595/2001-CN (nº 947/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado os arts.1º, na parte referente aos arts. 114-A e 115 da Lei nº 10.233, de 2001, e 3º, ambos da MP 2.217-3, pela MP 246, public. no DOU de 07/04/2005, que foi rejeitada em 21/06/2005. Revogado o art. 3º da MP 2.217-3, pela Lei nº 11.297, public. no DOU de 10/05/2006.
2.220, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	598/2001-CN (nº 950/2001, na origem)	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.031, de 02/04/2004, public. no DOU de 05/04/2004, regulamenta o Conselho das Cidades conforme o disposto no art. 10 da MP 2.220/2001.
2.224, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	602/2001-CN (nº 954/2001, na origem)	Estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.225-45, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	603/2001-CN (nº 955/2001, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.187, de 08/04/2002, public. no DOU de 09/04/2002, regulamenta os arts. 6º e 7º da MP nº 2.225-45/2001.
2.226, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	604/2001-CN (nº 956/2001, na origem)	Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.227, public. em 05/09/2001 -Ed. Extra	605/2001-CN (nº 957/2001, na origem)	Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.228-1, public. em 10/09/2001	607/2001-CN (nº 963/2001, na origem)	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 13 da MP 2.228-1, pela MP 155, public. no DOU de 24/12/2003, transformada na Lei nº 10.871, de 20/05/2004, public. no DOU de 21/05/2004. Alterados o parágrafo único do art. 44 e o art. 50, da MP 2.228-1, pela Lei nº 11.329, de 25/07/2006, public. no DOU de 26/07/2006. Alterado o art. 50, da MP 2.228-1, pela Lei nº 12.375, de 30/12/2010, public. no DOU de 31/12/2010. Os arts. nºs 14, 15, 26, da Lei nº 12.485, publ. no DOU de 13/09/2011, modificam a MP 2.228-1 e o art. 37 da mesma lei revoga o art. 31 da MP.
2.229-43, public. em 10/09/2001	608/2001-CN (nº 964/2001, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogada em parte a MP 2.229-43, pela Lei nº 10.470, de 25/06/2002, public. no DOU de 26/06/2002. Alterado dispositivos da MP 2.229-43, pela Lei nº 10.769, de 19/11/2003, public. no DOU de 20/11/2003. Revogado o § 1º do art. 41 da MP 2.229-43, pela MP 224, public. no DOU de 22/10/2004, transformada na Lei nº 11.034, de 22/12/2004, public. no DOU de 23/12/2004. Revogado o art. 24 da MP 2.229-43, pela MP 210/2004, transformada na Lei nº 11.094, public. no DOU de 14/01/2005 (ret. no DOU de 17/01/2005). Revogados os arts. 8º, 8º-A, 9º, 10, 13, 13-A, 15 e 16 e os Anexos VII, VII-A, VIII e VIII-A da MP 2.229-43, pela MP 440, public. no DOU de 29/08/2008-Ed. Extra. Revogados os arts. 20, 21, 22 e 23 da MP 2.229-43, pela MP 441, public. no DOU de 29/08/2008-Ed. Extra.

C.4.2 – Medidas Provisórias (MPV) com eficácia suspensa de 2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
394, public. em 21/09/2007	128/2007-CN (nº 703/2007, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm.	Eficácia suspensa	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20/11/2007. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 67, de 2007 - DOU de 09/11/2007). Eficácia suspensa em 12/12/2007, tendo em vista deferimento de medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3964, de 2007. (Public. no DOU de 07/02/2008).

C.4.3 – Medidas Provisórias (MPV) de 2011 - (da MPV 544 à MPV 557).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
544, public. em 30/09/2011 (Ret. no DOU de 03/10/2011)	94/2011-CN (nº 421/2011 na origem)	Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.598 de 21/03/2012 (DOU 22/03/2012-Ed. Extra)	Aprovado o PLV nº 2/2012, na Câmara dos Deputados, em 14/02/2012. Aprovado o PLV nº 2/2012, no Senado Federal, em 29/02/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Carlinhos Almeida Parecer Oral nº 84/2012-SF Relator Revisor: Sen. Fernando Collor Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29/11/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 43, de 2011 - DOU de 21/11/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
545, public. em 30/09/2011 (Ret. no DOU de 03/10/2011)	95/2011-CN (nº 422/2011 na origem)	Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante-FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.599 de 23/03/2012 (DOU 26/03/2012) (PLV nº 3/2012, vetado parcialmente – MCN nº 22/2012, nº 98/2012, na origem – Veto Parcial nº 11/2012)	Aprovado o PLV nº 3/2012, na Câmara dos Deputados, em 14/02/2012. Aprovado o PLV nº 3/2012, no Senado Federal, em 06/03/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Júnior Coimbra Parecer Oral nº 87/2012-SF Relator Revisor: Sen. Eunício Oliveira Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29/11/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 44, de 2011 - DOU de 21/11/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
546, public. em 30/09/2011 (Ret. no DOU de 03/10/2011)	96/2011-CN (nº 423/2011 na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.597 de 21/03/2012 (DOU 22/03/2012-Ed. Extra) (PLV nº 1/2012, vetado parcialmente – MCN nº 21/2012, nº 93/2012, na origem – Veto Parcial nº 10/2012)	Revogado o art. 7º da MP 546, pela MP 561, public. no DOU de 08/03/2012-Ed. Extra. Aprovado o PLV nº 1/2012, na Câmara dos Deputados, em 07/02/2012. Aprovado o PLV nº 1/2012, no Senado Federal, em 28/02/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Zeca Dirceu Parecer Oral nº 80/2012-SF Relator Revisor: Sen. Clésio Andrade Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29/11/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 45, de 2011 - DOU de 21/11/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
547, public. em 13/10/2011 (Rep. no DOU de 13/10/2011- Ed. Extra)	103/2011-CN (nº 442/2011 na origem)	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.	Sancionada a Lei nº 12.608 de 10/04/2012 (DOU 11/04/2012)	Aprovado o PLV nº 4/2012, na Câmara dos Deputados, em 06/03/2012. Aprovado o PLV nº 4/2012, no Senado Federal, em 20/03/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Glauber Braga Parecer Oral nº 190/2012-SF Relator Revisor: Sen. Casildo Maldaner Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12/12/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 46, de 2011 - DOU de 07/12/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
548, public. em 31/10/2011	132/2011-CN (nº 493/2011 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00, para o fim que especifica.	Sancionada a Lei nº 12.606 de 03/04/2012 (DOU 04/04/2012)	Aprovado o PLV nº 5/2012, na Câmara dos Deputados, em 06/03/2012. Aprovado o PLV nº 5/2012, no Senado Federal, em 21/03/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Artur Bruno Parecer Oral nº 198/2012-SF Relatora Revisora: Sen. Marta Suplicy Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 09/02/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 1, de 2012 - DOU de 1º/02/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
549, public. em 18/11/2011	135/2011-CN (nº 514/2011 na origem)	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona.	Sancionada a Lei nº 12.649 de 17/05/2012 (DOU 18/05/2012) (PLV nº 7/2012, vetado parcialmente – MCN nº 43/2012, nº 202/2012, na origem – Veto Parcial nº 15/2012)	Aprovado o PLV nº 7/2012, na Câmara dos Deputados, em 10/04/2012. Aprovado o PLV nº 7/2012, no Senado Federal, em 25/04/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Sandro Mabel Parecer Oral nº 445/2012-SF Relator Revisor: Sen. Romero Jucá Redação Final Parecer nº 446/2012-CDIR-SF Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 27/02/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 3, de 2012 - DOU de 16/02/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
550, public. em 18/11/2011	136/2011-CN (nº 515/2011 na origem)	Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.613 de 18/04/2012 (DOU 19/04/2012)	<p>Aprovado o PLV nº 6/2012, na Câmara dos Deputados, em 14/03/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 6/2012, no Senado Federal, em 27/03/2012.</p> <p>Parecer Oral-CD Relatora: Dep. Mara Gabrilli</p> <p>Parecer Oral nº 215/2012-SF Relator Revisor: Sen. Lindberg Farias</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 27/02/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 4, de 2012 - DOU de 16/02/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
551, public. em 23/11/2011	139/2011-CN (nº 526/2011 na origem)	Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.648 de 17/05/2012 (DOU 18/05/2012)	<p>Aprovado o PLV nº 8/2012, na Câmara dos Deputados, em 11/04/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 8/2012, no Senado Federal, em 25/04/2012.</p> <p>Parecer Oral-CD Relator: Dep. Arthur Oliveira Maia</p> <p>Parecer Oral nº 447/2012-SF Relatora Revisora: Sen. Vanessa Grazziotin</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/03/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 5, de 2012 - DOU de 28/02/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
552, public. em 1º/12/2011 – Ed. Extra	141/2011-CN (nº 537/2011 na origem)	Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.	Sancionada a Lei nº 12.655 de 30/05/2012 (DOU 31/05/2012)	<p>Aprovado o PLV nº 9/2012, na Câmara dos Deputados, em 17/04/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 9/2012, no Senado Federal, em 08/05/2012.</p> <p>Parecer Oral-CD Relator: Dep. Miguel Corrêa</p> <p>Parecer Oral nº 468/2012-SF Relator Revisor: Sen. Gim Argello</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 11/03/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 6, de 2012 - DOU de 02/03/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental em 23/05/2012, sem apresentação do Projeto de Decreto Legislativo pela Comissão Mista (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p> <p>Lido em 24/05/2012 o Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2012, de autoria dos Senadores Paulo Bauer e Ana Amélia, que "Disciplina as relações jurídicas decorrentes do § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011". (DSF 25/05/2012).</p> <p>Aprovado o PDS nº 277/2012, no Senado Federal, em 05/06/2012.</p> <p>Parecer Oral nº 638/2012-SF Relator: Sen. Blário Maggi</p> <p>Redação Final Parecer nº 639/2012-CDIR-SF</p> <p>À Câmara dos Deputados</p> <p>Aprovado o PDC nº 584/2012, na Câmara dos Deputados, em 26/06/2012.</p> <p>Decreto Legislativo nº 247, de 2012 (DOU 03/07/2012)</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
553, public. em 22/12/2011	147/2011-CN (nº 594/2011 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.626 de 10/05/2012 (DOU 11/05/2012)	Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 18/04/2012. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 09/05/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Geraldo Simões Parecer Oral nº 470/2012-SF Relator Revisor: Sen. Lobão Filho Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 1º/04/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 7, de 2012 - DOU de 23/03/2012).
554, public. em 26/12/2011 (Ret. no DOU de 28/12/2011)	148/2011-CN (nº 596/2011 na origem)	Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002.	Sancionada a Lei nº 12.666 de 14/06/2012 (DOU 15/06/2012)	Aprovado o PLV nº 11/2012, na Câmara dos Deputados, em 09/05/2012. Aprovado o PLV nº 11/2012, no Senado Federal, em 23/05/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Heleno Silva Parecer Oral nº 557/2012-SF Relator Revisor: Sen. Waldemir Moka Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 02/04/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 10, de 2012 - DOU de 27/03/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
555, public. em 26/12/2011 (Ret. no DOU de 28/12/2011)	149/2011-CN (nº 597/2011 na origem)	Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 12.652 de 25/05/2012 (DOU 28/05/2012)	Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 02/05/2012. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 23/05/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Décio Lima Parecer Oral nº 556/2012-SF Relator Revisor: Sen. Gim Argello Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 02/04/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 11, de 2012 - DOU de 27/03/2012).
556, public. em 26/12/2011	150/2011-CN (nº 598/2011 na origem)	Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências.	Perdeu a eficácia Arquivada	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 02/04/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 12, de 2012 - DOU de 27/03/2012). A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 31/05/2012 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 25/2012 - DOU de 14/06/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
557, public. em 27/12/2011 (Ret. no DOU de 27/01/2012)	151/2011-CN (nº 600/2011 na origem)	Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.	Perdeu a eficácia Arquivada	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 02/04/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 13, de 2012 - DOU de 27/03/2012). A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 31/05/2012 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 26/2012 - DOU de 14/06/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

C.4.4 – Medidas Provisórias (MPV) recebidas em 2012

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
558, public. em 06/01/2012 (Rep. no DOU de 09/01/2012)	2/2012-CN (nº 3/2012 na origem)	Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.678 de 25/06/2012 (DOU 26/06/2012 – Ret. no DOU de 09/07/2012)	Aprovado o PLV nº 12/2012, na Câmara dos Deputados, em 15/05/2012. Aprovado o PLV nº 12/2012, no Senado Federal, em 29/05/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Zé Geraldo Parecer Oral nº 620/2012-SF Relatora Revisora: Sen. Vanessa Grazziotin Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 02/04/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 14, de 2012 - DOU de 27/03/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
559, public. em 05/03/2012 – Ed. Extra	16/2012-CN (nº 70/2012 na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS a adquirir participação na Celg Distribuição S.A. - CELG D e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.688 de 18/07/2012 (DOU 19/07/2012- Ret. no DOU de 19/07/2012-Ed. Extra) (PLV nº 13/2012, vetado parcialmente – MCN nº 74/2012, nº 329/2012, na origem – Veto Parcial nº 23/2012)	Aprovado o PLV nº 13/2012, na Câmara dos Deputados, em 12/06/2012. Aprovado o PLV nº 13/2012, no Senado Federal, em 27/06/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Pedro Uczai Parecer Oral nº 772/2012-SF Relator Revisor: Sen. Renan Calheiros Redação Final Parecer nº 773/2012-CDIR-SF Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 04/05/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 16, de 2012 - DOU de 25/04/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
560, public. em 08/03/2012	17/2012-CN (nº 72/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 40.000.000,00, para o fim que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.680 de 28/06/2012 (DOU 29/06/2012)	Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 13/06/2012. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27/06/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Arlindo Chinaglia Parecer Oral nº 774/2012-SF Relatora Revisora: Sen. Angela Portela Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 07/05/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 17, de 2012 - DOU de 25/04/2012).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
561, public. em 08/03/2012 – Ed. Extra	18/2012-CN (nº 73/2012 na origem)	Altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.	Sancionada a Lei nº 12.693 de 24/07/2012 (DOU 25/07/2012) (PLV nº 15/2012, vetado parcialmente – MCN nº 79/2012, nº 341/2012, na origem – Veto Parcial nº 27/2012)	Aprovado o PLV nº 15/2012, na Câmara dos Deputados, em 19/06/2012. Aprovado o PLV nº 15/2012, no Senado Federal, em 03/07/2012. Parecer Oral-CD Relator: Dep. Hugo Motta Parecer Oral nº 814/2012-SF Relator Revisor: Sen. Gim Argello Redação Final Parecer nº 815/2012-CDIR-SF Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 07/05/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 18, de 2012 - DOU de 25/04/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
562, public. em 21/03/2012	20/2012-CN (nº 92/2012 na origem)	Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.695 de 25/07/2012 (DOU 26/07/2012)	Instalação da Comissão Mista: 27/03/2012 Composição: -Presidente: Sen. Waldemir Moka -Vice-Presidente: Dep. Professora Dorinha S. Resende -Relator: Dep. Padre João -Relator Revisor: Sen. José Pimentel Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 5/2012-CN, apresentando o PLV nº 10/2012, em 26/04/2012. Aprovado o PLV nº 10/2012, na Câmara dos Deputados, em 26/06/2012. Aprovado o PLV nº 10/2012, no Senado Federal, em 04/07/2012. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20/05/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 22, de 2012 - DOU de 11/05/2012). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
<p>563, public. em 04/04/2012 (Ret. no DOU de 04/04/2012 – Ed. Extra)</p> <p>(Ret. no DOU de 23/04/2012)</p>	<p>26/2012-CN (nº 115/2012 na origem)</p>	<p>Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.</p>	<p>Sancionada a Lei nº 12.715 de 17/09/2012 (DOU 18/09/2012 – Ret. no DOU de 19/09/2012)</p> <p>(PLV nº 18/2012, vetado parcialmente – MCN nº 97/2012, nº 411/2012, na origem – Veto Parcial nº 34/2012)</p>	<p>Decreto nº 7.716, de 03/04/2012, public. no DOU de 04/04/2012-Ed Extra, regulamenta a MP 563/2012, na parte em que dispõe sobre regime especial de crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI a que fazem jus as empresas fabricantes de produtos classificados nos códigos 87.01 a 87.06 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.</p> <p>Lida em 23/04/2012, na sessão do SF a Mensagem nº 30/2012-CN (nº 141/2012, na origem) da Presidente da República, comunicando a retificação da MPV.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 11/04/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Newton Lima -Vice-Presidente: Sen. Acir Gurgacz -Relator: Sen. Romero Jucá -Relator Revisor: Dep. Rebecca Garcia</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 11/2012-CN, apresentando o PLV nº 18/2012, em 27/06/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 18/2012, na Câmara dos Deputados, em 16/07/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 18/2012, no Senado Federal, em 07/08/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/06/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 23, de 2012 - DOU de 25/05/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
<p>564, public. em 04/04/2012 (Ret. no DOU de 23/04/2012)</p>	<p>27/2012-CN (nº 116/2012 na origem)</p>	<p>Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. - ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências.</p>	<p>Sancionada a Lei nº 12.712 de 30/08/2012 (DOU 31/08/2012)</p> <p>(PLV nº 19/2012, vetado parcialmente – MCN nº 92/2012, nº 388/2012, na origem – Veto Parcial nº 33/2012)</p>	<p>Lida em 23/04/2012, na sessão do SF a Mensagem nº 31/2012-CN (nº 142/2012, na origem) da Presidente da República, comunicando a retificação da MPV.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 11/04/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Wellington Dias -Vice-Presidente: Dep. Zezéu Ribeiro -Relator: Dep. Danilo Forte -Relator Revisor: Sen. Eunício Oliveira</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 13/2012-CN, apresentando o PLV nº 19/2012, em 03/07/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 19/2012, na Câmara dos Deputados, em 17/07/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 19/2012, no Senado Federal, em 07/08/2012.</p> <p>Redação Final-CD Relator de Plenário: Dep. Arnaldo Jardim</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/06/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 24, de 2012 - DOU de 25/05/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
565, public. em 25/04/2012	32/2012-CN (nº 143/2012 na origem)	Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro.	Sancionada a Lei nº 12.716 de 21/09/2012 (DOU 24/09/2012)	<p>Instalação da Comissão Mista: 10/05/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Arthur Lira -Vice-Presidente: Sen. Lobão Filho -Relator: Sen. Walter Pinheiro -Relator Revisor: Dep. Heleno Silva</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 12/2012-CN, apresentando o PLV nº 20/2012, em 04/07/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 20/2012, na Câmara dos Deputados, em 21/08/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 20/2012, no Senado Federal, em 28/08/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 24/06/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 27, de 2012 - DOU de 14/06/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
566, public. em 25/04/2012	33/2012-CN (nº 144/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 706.400.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.684 de 18/07/2012 (DOU 19/07/2012)	<p>Aprovado na CMO o Parecer nº 9/2012-CN, em 28/06/2012.</p> <p>-Relator <i>ad hoc</i>: Sen. Paulo Paim -Relator Revisor: Dep. Zeca Dirceu</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 03/07/2012.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 10/07/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 24/06/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 28, de 2012 - DOU de 14/06/2012).</p>
567, public. em 03/05/2012 - Ed. Extra	36/2012-CN (nº 156/2012 na origem)	Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.703 de 07/08/2012 (DOU 08/08/2012)	<p>Instalação da Comissão Mista: 09/05/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Francisco Dornelles -Vice-Presidente: Dep. Pedro Novais -Relator: Dep. Henrique Fontana -Relator Revisor: Sen. Delcídio do Amaral</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 7/2012-CN, apresentando o PLV nº 17/2012, em 26/06/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2012, na Câmara dos Deputados, em 04/07/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2012, no Senado Federal, em 11/07/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 02/07/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 29, de 2012 - DOU de 27/06/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
568, public. em 14/05/2012	37/2012-CN (nº 165/2012 na origem)	Dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Agência Brasileira de Inteligência, da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto Evandro Chagas, do Centro Nacional de Primatas, da Fundação Oswaldo Cruz, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Instituto Nacional do Seguro Social, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Serviço Exterior Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Turismo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, do ex-Território de Fernando de Noronha e do Ministério da Fazenda, sobre os ocupantes de cargos de Médico do Poder Executivo, de cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, de cargos de Agente de Combate às Endemias e de cargos das carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de Analista de Infraestrutura, de Ciência e Tecnologia, de Tecnologia Militar, de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Finanças e Controle, sobre as gratificações e adicionais que menciona, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.702 de 07/08/2012 (DOU 08/08/2012)	<p>Instalação da Comissão Mista: 22/05/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Cláudio Puty -Vice-Presidente: Sen. Aníbal Diniz -Relator: Sen. Eduardo Braga -Relator Revisor: Dep. Osmar Serrágio</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 6/2012-CN, apresentando o PLV nº 14/2012, em 13/06/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 14/2012, na Câmara dos Deputados, em 04/07/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 14/2012, no Senado Federal, em 11/07/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 13/07/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 30, de 2012 - DOU de 27/06/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
569, public. em 15/05/2012	38/2012-CN (nº 182/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R\$ 688.497.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.713 de 05/09/2012 (DOU 06/09/2012)	<p>Aprovado na CMO o Parecer nº 10/2012-CN, em 28/06/2012.</p> <p>-Relator <i>ad hoc</i>: Dep. Eliseu Padilha -Relator Revisor: Sen. Benedito de Lira</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 22/08/2012.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 29/08/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 14/07/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 31, de 2012 - DOU de 27/06/2012).</p>
570, public. em 15/05/2012	39/2012-CN (nº 183/2012 na origem)	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.722 de 03/10/2012 (DOU 04/10/2012)	<p>Instalação da Comissão Mista: 30/05/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Waldemir Moka -Vice-Presidente: Dep. Osmar Terra -Relator: Dep. Pedro Uczai -Relatora Revisora: Sen. Angela Portela</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 8/2012-CN, apresentando o PLV nº 16/2012, em 26/06/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 16/2012, na Câmara dos Deputados, em 04/09/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 16/2012, no Senado Federal, em 12/09/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 14/07/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 32, de 2012 - DOU de 27/06/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
571, public. em 28/05/2012 (Ret. no DOU de 29/05/2012)	45/2012-CN (nº 213/2012 na origem)	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.	Sancionada a Lei nº 12.727 de 17/10/2012 (DOU 18/10/2012)	<p>Instalação da Comissão Mista: 05/06/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Bohn Gass -Vice-Presidente: Sen. Jorge Viana -Relator: Sen. Luiz Henrique -Relator Revisor: Dep. Edinho Araújo</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 19/2012-CN, apresentando o PLV nº 21/2012, em 29/08/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 21/2012, na Câmara dos Deputados, em 18/09/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 21/2012, no Senado Federal, em 25/09/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10/08/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 38, de 2012 - DOU de 19/07/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
572, public. em 06/06/2012	59/2012-CN (nº 244/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 381.252.988,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.728 de 18/10/2012 (DOU 19/10/2012)	<p>Aprovado na CMO o Parecer nº 22/2012-CN, em 25/09/2012.</p> <p>-Relator : Sen. Sérgio Souza -Relator Revisor: Dep. Hugo Motta</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 09/10/2012.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 16/10/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 19/08/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 39, de 2012 - DOU de 19/07/2012).</p>
573, public. em 28/06/2012	65/2012-CN (nº 288/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 6.843.701.650,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.729 de 18/10/2012 (DOU 19/10/2012)	<p>Aprovado na CMO o Parecer nº 23/2012-CN, em 25/09/2012.</p> <p>-Relator: Dep. João Paulo Lima -Relatora Revisora: Sen. Ana Rita</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 10/10/2012.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 17/10/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10/09/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 40, de 2012 - DOU de 28/08/2012).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
574, public. em 29/06/2012 – Ed. Extra	71/2012-CN (nº 302/2012 na origem)	Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art.1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona.	Perdeu a eficácia Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 18/02/2013, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).	Instalação da Comissão Mista: 19/09/2012 Composição: -Presidente: Sen. Ana Rita -Vice-Presidente: Dep. Cláudio Puty -Relator: Dep. Sandro Mabel -Relator Revisor: Sen. Tomás Correia Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 29/2012-CN, apresentando o PLV nº 22/2012, em 23/10/2012. Aprovado o PLV nº 22/2012, na Câmara dos Deputados, em 31/10/2012. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 11/09/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 41, de 2012 - DOU de 28/08/2012). A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 09/11/2012 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 50/2012 - DOU de 14/12/2012).
575, public. em 08/08/2012	84/2012-CN (nº 354/2012 na origem)	Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.	Aguardando sanção	Instalação da Comissão Mista: 19/09/2012 Composição: -Presidente: Dep. Assis Carvalho -Vice-Presidente: Sen. Aníbal Diniz -Relator: Sen. Sérgio Souza -Relator Revisor: Dep. João Magalhães Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 33/2012-CN, apresentando o PLV nº 25/2012, em 13/11/2012. Aprovado o PLV nº 25/2012, na Câmara dos Deputados, em 20/11/2012. Aprovado o PLV nº 25/2012, no Senado Federal, com alterações, em 28/11/2012. A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações. Aprovada a emenda do Senado Federal ao PLV nº 25/2012, na Câmara dos Deputados, em 04/12/2012. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 07/10/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 42, de 2012 - DOU de 26/09/2012). Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 15/03/2013, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).
576, public. em 16/08/2012	87/2012-CN (nº 364/2012 na origem)	Altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, e ampliar suas competências.	Sancionada a Lei nº 12.743 de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)	Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012 Composição: -Presidente: Sen. Clésio Andrade -Vice-Presidente: Dep. Marcelo Castro -Relator: Dep. Henrique Fontana -Relator Revisor: Sen. Walter Pinheiro Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 30/2012-CN, apresentando o PLV nº 23/2012, em 31/10/2012. Aprovado o PLV nº 23/2012, na Câmara dos Deputados, em 13/11/2012. Aprovado o PLV nº 23/2012, no Senado Federal, em 28/11/2012. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 15/10/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 43, de 2012 - DOU de 10/10/2012). Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 09/03/2013, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
577, public. em 30/08/2012	89/2012-CN (nº 386/2012 na origem)	Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências.	Aguardando sanção	<p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Fernando Ferro -Vice-Presidente: Sen. Lídice da Mata -Relator: Sen. Romero Jucá -Relator Revisor: Dep. Lelo Coimbra</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 38/2012-CN, apresentando o PLV nº 29/2012, em 28/11/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 29/2012, na Câmara dos Deputados, em 04/12/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 29/2012, no Senado Federal, em 13/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29/10/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 44, de 2012 - DOU de 19/10/2012).</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 24/03/2013, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>
578, public. em 31/08/2012 – Ed. Extra	93/2012-CN (nº 399/2012 na origem)	Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.	Aguardando sanção	<p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. José Pimentel -Vice-Presidente: Dep. Afonso Florence -Relator: Dep. João Magalhães -Relator Revisor: Sen. Benedito de Lira</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 36/2012-CN, apresentando o PLV nº 27/2012, em 21/11/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 27/2012, na Câmara dos Deputados, em 28/11/2012.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 17/12/2012.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados.</p> <p>Aprovado o PLV nº 27/2012, na Câmara dos Deputados, em 19/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 30/10/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 45, de 2012 - DOU de 19/10/2012).</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 30/03/2013, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
579, public. em 12/09/2012	94/2012-CN (nº 404/2012 na origem)	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.	Aguardando sanção	<p>Decreto nº 7.805, de 14/09/2012, public. no DOU de 17/09/2012, regulamenta a MP 579/2012.</p> <p>Decreto nº 7.850, de 30/11/2012, public. no DOU de 30/11/2012 (Ed. Extra), regulamenta a MP 579/2012.</p> <p>Alterado o art. 15 da MP 579, pela MPV nº 591, de 29/11/2012, public. no DOU de 30/11/2012.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Jilmar Tatto -Vice-Presidente: Sen. Delcídio do Amaral -Relator: Sen. Renan Calheiros -Relator Revisor: Dep. Eduardo Cunha</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 39/2012-CN, apresentando o PLV nº 30/2012, em 11/12/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 30/2012, na Câmara dos Deputados, em 18/12/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 30/2012, no Senado Federal, em 18/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 11/11/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 46, de 2012 - DOU de 30/10/2012).</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 29/03/2013, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>
580, public. em 17/09/2012	96/2012-CN (nº 410/2012 na origem)	Altera as Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec, e nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.745 de 19/12/2012 (DOU 20/12/2012)	<p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Eduardo Amorim -Vice-Presidente: Dep. Arthur Oliveira Maia -Relator: Dep. Afonso Florence -Relator Revisor: Sen. Anibal Diniz</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 32/2012-CN, apresentando o PLV nº 24/2012, em 06/11/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 24/2012, na Câmara dos Deputados, em 20/11/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 24/2012, no Senado Federal, em 04/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 16/11/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 47, de 2012 - DOU de 12/11/2012).</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 15/03/2013, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>
581, public. em 21/09/2012	99/2012-CN (nº 420/2012 na origem)	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Tramitando	<p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Pedro Chaves -Vice-Presidente: Sen. Lúcia Vânia -Relator: Sen. Delcídio Amaral -Relator Revisor: Dep. Policarpo</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 52/2012-CN, apresentando o PLV nº 32/2012, em 19/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20/11/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 48, de 2012 - DOU de 12/11/2012).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
582, public. em 21/09/2012	100/2012-CN (nº 421/2012 na origem)	Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.	Tramitando	Decreto nº 7.854, de 04/12/2012, public. no DOU de 05/12/2012, - Dispõe sobre a depreciação acelerada de que trata a MP 582, de 20/09/2012. Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012 Composição: -Presidente: Sen. Walter Pinheiro -Vice-Presidente: Dep. Vanderlei Siraque -Relator: Dep. Marcelo Castro -Relator Revisor: Sen. Francisco Dornelles Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20/11/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 49, de 2012 - DOU de 12/11/2012).
583, public. em 10/10/2012 - Ed. Extra	108/2012-CN (nº 449/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 676.000.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.739 de 05/12/2012 (DOU 06/12/2012)	Aprovado na CMO o Parecer nº 34/2012-CN, em 20/11/2012. -Relatora: Sen. Angela Portela -Relator Revisor: Dep. Leonardo Monteiro Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 27/11/2012. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 04/12/2012. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 09/12/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 51, de 2012 - DOU de 29/11/2012).
584, public. em 10/10/2012 - Ed. Extra	109/2012-CN (nº 450/2012 na origem)	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.	Aguardando sanção	Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012 Composição: -Presidente: Dep. Rodrigo Bethlem -Vice-Presidente: Sen. Francisco Dornelles -Relatora: Sen. Lidice da Mata -Relator Revisor: Dep. Edson Santos Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 35/2012-CN, apresentando o PLV nº 26/2012, em 21/11/2012. Aprovado o PLV nº 26/2012, na Câmara dos Deputados, em 28/11/2012. Aprovado o PLV nº 26/2012, no Senado Federal, em 17/12/2012. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 09/12/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 52, de 2012 - DOU de 29/11/2012). Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 28/03/2013, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).
585, public. em 24/10/2012	139/2012-CN (nº 486/2012 na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	Tramitando	Instalação da Comissão Mista: 13/11/2012 Composição: -Presidente: Sen. Eduardo Amorim -Vice-Presidente: Dep. Reginaldo Lopes -Relator: Dep. Vicente Cândido -Relator Revisor: Sen. Gim Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 37/2012-CN, apresentando o PLV nº 28/2012, em 28/11/2012. Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 11/12/2012. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 23/12/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 54, de 2012 - DOU de 11/12/2012).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
586, public. em 09/11/2012	140/2012-CN (nº 501/2012 na origem)	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.	Tramitando	Instalação da Comissão Mista: 21/11/2012 Composição: -Presidente: Dep. Jesus Rodrigues -Vice-Presidente: Sen. Gim -Relator: Sen. Eduardo Amorim -Relator Revisor: Dep. Márcio Macedo
587, public. em 12/11/2012 – Ed. Extra	141/2012-CN (nº 502/2012 na origem)	Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei no 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei no 10.954, de 29 de setembro de 2004.	Tramitando	Instalação da Comissão Mista: 21/11/2012 Composição: -Presidente: Sen. Cyro Miranda -Vice-Presidente: Dep. Afonso Florence -Relator: Dep. Raimundo Gomes de Matos -Relator Revisor: Sen. Jayme Campos
588, public. em 13/11/2012	142/2012-CN (nº 503/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica.	Tramitando	Aprovado na CMO o Parecer nº 50/2012-CN, apresentando o PLV nº 31/2012, em 12/12/2012. -Relator: Dep. Zeca Dirceu -Relator Revisor: Sen. Wellington Dias
589, public. em 14/11/2012	143/2012-CN (nº 504/2012 na origem)	Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Tramitando	-
590, public. em 30/11/2012	145/2012-CN (nº 520/2012 na origem)	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza, e dá outras providências.	Tramitando	-
591, public. em 30/11/2012 (Ret. no DOU de 03/12/2012)	146/2012-CN (nº 521/2012 na origem)	Altera a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, e sobre a modicidade tarifária.	Tramitando	-
592, public. em 03/12/2012 – Ed. Extra	151/2012-CN (nº 529/2012 na origem)	Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social.	Tramitando	-
593, public. em 06/12/2012 (Ret. no DOU de 10/12/2012)	152/2012-CN (nº 539/2012 na origem)	Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; e dá outras providências.	Tramitando	Lida em 12/12/2012, na sessão do SF, a Mensagem nº 560/2012, na origem, do Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, comunicando a retificação no DOU de 10/12/2012 da MPV 593. (DSF 13/12/2012)

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
594, public. em 07/12/2012	153/2012-CN (nº 541/2012 na origem)	Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; e altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE.	Tramitando	-
595, public. em 07/12/2012	154/2012-CN (nº 542/2012 na origem)	Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.	Tramitando	-
596, public. em 07/12/2012	155/2012-CN (nº 543/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 573.330.080,00, para os fins que especifica.	Tramitando	-